

ESMESC

PROCESSO PÚBLICO DE SELEÇÃO PARA O PROGRAMA DE RESIDÊNCIA JURÍDICA

Edital 068/2023 TJSC

TIPO 2

ETAPA 1

Direito Administrativo

01. A Política Nacional de Resíduos Sólidos (PNRS) reúne o conjunto de princípios, objetivos, instrumentos, diretrizes, metas e ações adotados pelo Governo Federal, isoladamente ou em regime de cooperação com Estados, Distrito Federal, Municípios ou particulares, com vistas à gestão integrada e ao gerenciamento ambientalmente adequado dos resíduos sólidos. A esse respeito, é CORRETO afirmar que:

- a) São objetivos da PNRS a prevenção a precaução o desenvolvimento sustentável e a responsabilidade compartilhada pelo ciclo de vida dos produtos.
- b) Entende-se por gestão integrada de resíduos sólidos o conjunto de atribuições individualizadas e encadeadas dos fabricantes, importadores, distribuidores e comerciantes, dos consumidores e dos titulares dos serviços públicos de limpeza urbana e de manejo dos resíduos sólidos, para minimizar o volume de resíduos sólidos e rejeitos gerados, bem como para reduzir os impactos causados à saúde humana e à qualidade ambiental decorrentes do ciclo de vida dos produtos.
- c) Na gestão e gerenciamento de resíduos sólidos, deve ser observada a seguinte ordem de prioridade: não geração, reutilização, redução, tratamento dos resíduos sólidos, reciclagem e disposição final ambientalmente adequada dos rejeitos.
- d) Lâmpadas fluorescentes, de vapor de sódio e mercúrio e de luz mista estão sujeitas ao sistema de logística reversa, que envolve o conjunto de ações, procedimentos e meios destinados a viabilizar a coleta e a restituição dos resíduos sólidos ao setor empresarial, para reaproveitamento, em seu ciclo ou em outros ciclos produtivos, ou outra destinação final ambientalmente adequada.
- e) Havendo requerimento de licenciamento ambiental de empreendimentos ou atividades que operem com resíduos perigosos, o órgão licenciador sempre deverá exigir a contratação de seguro de responsabilidade civil por danos causados ao meio ambiente ou à saúde pública, independentemente do porte da empresa.

02. Considerando o regime jurídico dos servidores públicos civis disciplinado pela Lei n. 8.112/1990, é INCORRETO afirmar que:

- a) São requisitos básicos para investidura em cargo público, dentre outros, a nacionalidade brasileira, a quitação com as obrigações militares e aptidão física.
- b) A readaptação, a reversão e a recondução são exemplos de forma de provimento em cargo público.

ESMESC

c) A posse ocorrerá no prazo de quinze dias contados da publicação do ato de provimento, vedando-se seja realizada através de procuração.

d) O servidor habilitado em concurso público e empossado em cargo de provimento efetivo adquirirá estabilidade no serviço público ao completar 2 (dois) anos de efetivo exercício, a partir de quando só perderá o cargo em virtude de sentença judicial transitada em julgado ou de processo administrativo disciplinar no qual lhe seja assegurada ampla defesa.

e) A reintegração é a reinvestidura do servidor estável no cargo anteriormente ocupado, ou no cargo resultante de sua transformação, quando invalidada a sua demissão por decisão administrativa ou judicial, com ressarcimento de todas as vantagens.

03. Aportou perante o Ministério Público, em 15 de setembro de 2014, notícia de extração ilegal de minério em área de proteção ambiental da União desde meados do ano de 2010. Com base em investigação preliminar daí decorrente, foi ajuizada ação civil pública, em 10 de outubro de 2020, para buscar o ressarcimento ao erário pela lavra ilegal de minério. Citado, o réu apresentou contestação, na qual arguiu, em prejudicial de mérito, a prescrição da pretensão de ressarcimento. A alegação do réu será:

a) Acolhida, considerando que a pretensão de reparação civil prescreve em 03 anos, na forma do artigo 206 do Código Civil.

b) Acolhida, uma vez que o prazo prescricional para este ressarcimento é quinquenal e o termo inicial desta pretensão reparatória se dá no momento em que o titular do direito violado detém o pleno conhecimento da lesão.

c) Acolhida, considerando que o prazo prescricional para ressarcimento de dano em prejuízo do erário é quinquenal e o termo inicial desta pretensão reparatória se dá com a prática do ato ilícito.

d) Rejeitada, tendo em vista que o prazo prescricional aplicável é de dez anos, contados do momento em que o Ministério Público toma conhecimento da lesão.

e) Rejeitada, uma vez que é imprescritível a pretensão de ressarcimento ao erário decorrente da exploração irregular do patrimônio mineral da União.

04. A Administração Pública Indireta organiza-se estruturalmente através de pessoas jurídicas com personalidade jurídica própria. Nesse sentido, diversas leis específicas regem os conselhos profissionais no Brasil, atribuindo-lhes a qualificação de pessoa jurídica de direito público, algumas delas especificando a natureza jurídica de autarquia. Considerando o posicionamento jurisprudencial sobre o tema, é INCORRETO afirmar que:

a) A execução de débito de Conselho de Fiscalização não se submete ao sistema de precatório.

b) É inconstitucional lei que delega aos conselhos de fiscalização de profissões regulamentadas a competência de fixar ou majorar, sem parâmetro legal, o valor das contribuições de interesse das categorias profissionais e econômicas, usualmente cobradas sob o título de anuidades, vedada, ademais, a atualização desse valor pelos conselhos em percentual superior aos índices legalmente previstos.

c) É constitucional a suspensão realizada por conselho de fiscalização profissional do exercício laboral de seus inscritos por inadimplência de anuidades.

ESMESC

d) O Conselho Federal e os Conselhos Seccionais da Ordem dos Advogados do Brasil não estão obrigados a prestar contas ao Tribunal de Contas da União nem a qualquer outra entidade externa.

e) Conselhos de fiscalização profissional, posto autarquias criadas por lei e ostentando personalidade jurídica de direito público, exercendo atividade tipicamente pública, sujeitam-se à regra do concurso público quando da contratação de pessoal.

05. Poderes da Administração consistem em prerrogativas instrumentais destinadas a alcançar o interesse público. A esse respeito, é CORRETO afirmar que:

a) O poder regulamentar é o poder conferido à Administração Pública de expedir atos administrativos gerais e abstratos que, em regra, inovam na ordem jurídica e disciplinam matérias não previstas em lei.

b) O poder hierárquico consiste na obrigação de apurar infrações e aplicar penalidades a pessoas que possuem um vínculo especial com a Administração Pública.

c) É constitucional a delegação do poder de polícia, por meio de lei, a pessoas jurídicas de direito privado integrantes da Administração Pública indireta de capital social majoritariamente público que prestem exclusivamente serviço público de atuação própria do Estado e em regime não concorrencial.

d) Decorre do poder disciplinar as prerrogativas, exercidas pelo superior sobre seus subordinados, de dar ordens, fiscalizar, controlar, aplicar sanções, delegar competências e avocar competências.

e) É inconstitucional a atribuição às guardas municipais do exercício de poder de polícia de trânsito, inclusive para imposição de sanções administrativas legalmente previstas.

06. Assinale a alternativa CORRETA considerando a Lei n. 14.133/2021:

a) O credenciamento consiste no processo administrativo de chamamento público em que a Administração Pública convoca interessados em prestar serviços ou fornecer bens para que, preenchidos os requisitos necessários, se credenciem no órgão ou na entidade para executar o objeto quando convocados.

b) O diálogo competitivo consiste em critério de julgamento para contratação de obras, serviços e compras em que a Administração Pública realiza diálogos com licitantes previamente selecionados mediante critérios objetivos, com o intuito de desenvolver uma ou mais alternativas capazes de atender às suas necessidades, facultado aos licitantes apresentar proposta final após o encerramento dos diálogos.

c) O orçamento estimado para a contratação de bens e serviços não poderá ter caráter sigiloso, considerando que o procedimento licitatório é regido pelo princípio da publicidade.

d) São tipos de licitação ou critérios de julgamento o pregão, a concorrência, o concurso, o leilão e o diálogo competitivo.

e) O menor preço, o maior desconto e o maior retorno econômico são exemplos de modalidades licitatórias aplicáveis à União, Estados, Municípios e Distrito Federal.

07. Assinale a alternativa INCORRETA considerando o entendimento do Superior Tribunal de Justiça no que se refere ao processo administrativo disciplinar:

a) A portaria de instauração do processo administrativo disciplinar prescinde da exposição detalhada dos fatos a serem apurados.

ESMESC

b) Os prazos prescricionais previstos no art. 142 da Lei n. 8.112/1990 iniciam-se na data em que a autoridade competente para a abertura do procedimento administrativo toma conhecimento do fato, suspendendo-se com o primeiro ato de instauração válido - sindicância de caráter punitivo ou processo disciplinar - e voltam a fluir por inteiro, após decorridos 180 dias desde a interrupção.

c) É permitida a "prova emprestada" no processo administrativo disciplinar, desde que devidamente autorizada pelo juízo competente e respeitados o contraditório e a ampla defesa.

d) O excesso de prazo para a conclusão do processo administrativo disciplinar só causa nulidade se houver demonstração de prejuízo à defesa.

e) Desde que devidamente motivada e com amparo em investigação ou sindicância, é permitida a instauração de processo administrativo disciplinar com base em denúncia anônima, em face do poder-dever de autotutela imposto à Administração.

08. Assinale a alternativa INCORRETA sobre atos administrativos:

a) Atos administrativos individuais são aqueles que produzem diretamente efeitos concretos, constituindo ou declarando situações jurídicas subjetivas, podendo ter um único destinatário ou diversos destinatários, desde que determinados.

b) Ato administrativo composto é o que necessita, para sua formação, de mais de uma manifestação de vontade de dois ou mais órgãos ou autoridades distintos.

c) São requisitos de validade do ato administrativo competência, finalidade, forma, motivo e objeto.

d) A presunção de legitimidade, legalidade e veracidade é atributo do ato administrativo que interfere diretamente no ônus da prova.

e) O motivo do ato consiste na causa imediata ou na situação de fato e de direito que determina a sua prática.

09. A Administração Pública, no exercício do controle interno, pode revogar ou anular seus próprios atos. É CORRETO:

a) A Administração pode revogar seus próprios atos, quando eivados de vício de legalidade, porque deles não se originam direitos.

b) A Administração Pública deve anular atos por motivo de conveniência ou oportunidade, respeitados os direitos adquiridos.

c) O direito da Administração de anular os atos administrativos de que decorram efeitos favoráveis para os destinatários prescreve em cinco anos, contados da data em que foram praticados, ainda que comprovada má-fé.

d) Atos que apresentarem defeitos sanáveis não poderão ser convalidados, devendo ser objeto de anulação ou revogação.

e) Nos processos perante o Tribunal de Contas da União asseguram-se o contraditório e a ampla defesa quando da decisão puder resultar anulação ou revogação de ato administrativo que beneficie o interessado, excetuada a apreciação da legalidade do ato de concessão inicial de aposentadoria, reforma e pensão.

10. Considerando o entendimento sumulado pelo Supremo Tribunal Federal, assinale a alternativa INCORRETA:

ESMESC

- a) A falta de defesa técnica por advogado no processo administrativo disciplinar não ofende a constituição.
- b) A nomeação de cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, inclusive, da autoridade nomeante ou de servidor da mesma pessoa jurídica investido em cargo de direção, chefia ou assessoramento, para o exercício de cargo em comissão ou de confiança ou, ainda, de função gratificada na administração pública direta e indireta em qualquer dos poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, compreendido o ajuste mediante designações recíprocas, viola a Constituição Federal.
- c) **É constitucional a exigência de depósito ou arrolamento prévios de dinheiro ou bens para admissibilidade de recurso administrativo.**
- d) Não cabe ao Poder Judiciário, que não tem função legislativa, aumentar vencimentos de servidores públicos sob o fundamento de isonomia.
- e) É inconstitucional toda modalidade de provimento que propicie ao servidor investir-se, sem prévia aprovação em concurso público destinado ao seu provimento, em cargo que não integra a carreira na qual anteriormente investido.

Direito Constitucional

1. Acerca da classificação dos direitos fundamentais em gerações, assinale a alternativa incorreta:

- a) Enquanto os *direitos de primeira geração* realçam o princípio da liberdade, os *direitos de segunda geração* acentuam o princípio da igualdade, e os *direitos de terceira geração* consagram o princípio da solidariedade.
- b) Os *direitos de terceira geração* englobam o direito a um meio ambiente equilibrado, ao progresso, à paz, à autodeterminação dos povos e a outros direitos difusos.
- c) Os direitos de primeira geração, que têm por titular o indivíduo, são direitos de resistência ou de oposição perante o Estado.
- d) **São exemplos de direitos humanos de segunda geração o direito de propriedade sobre o patrimônio comum da humanidade e o direito ao desenvolvimento.**
- e) Os direitos da terceira dimensão são direitos transindividuais, isto é, direitos que vão além dos interesses do indivíduo, pois são concernentes à proteção do gênero humano.

2. Acerca do exercício dos direitos políticos, é incorreto afirmar que:

- a) O voto é direto, secreto, universal, periódico, livre e com valor igual para todos.
- b) O voto no Brasil é universal por não ser censitário nem capacitário, visto que o seu exercício não está ligado a nenhuma condição discriminatória, como aquelas de ordem econômica, intelectual, concernente a sexo, cor, religião.
- c) **O direito de ser votado é absoluto, não sendo admitidas restrições ao exercício das atividades político-partidárias.**

ESMESC

- d)O voto é personalíssimo sendo vetada a votação por procurador.
- e)O constituinte originário inadmitiu qualquer proposta de emenda à Constituição tendente a abolir o voto direto, secreto, universal e periódico.

3.Sobre o direito à escusa de consciência, é incorreto afirmar que:

- a)Dois são os requisitos para a privação de direitos em virtude de crença religiosa ou convicção filosófica ou política: não cumprimento de uma obrigação a todos imposta e descumprimento de prestação alternativa, fixada em lei.
- b)Às Forças Armadas competirá, na forma da lei, atribuir serviço alternativo em tempo de paz aos que alegarem imperativo de consciência, decorrente de crença religiosa, convicção filosófica ou política.
- c)A recusa ao cumprimento da prestação alternativa levará a declaração da perda dos direitos políticos.
- d)O STF entende que é possível a realização de etapas de concurso público em datas e horários distintos dos previstos em edital, por candidato que invoca escusa de consciência por motivo de crença religiosa, desde que presentes a razoabilidade da alteração, a preservação da igualdade entre todos os candidatos e que não acarrete ônus desproporcional à Administração Pública.
- e)O direito à escusa de consciência está adstrito ao serviço militar obrigatório.

4. Acerca do processo legislativo, é incorreto afirmar que:

- a)A Constituição Federal consagrou como instrumento de exercício da soberania popular a iniciativa popular de lei, que poderá ser exercida pela apresentação à Câmara dos Deputados de projeto de lei subscrito por, no mínimo, um por cento do eleitorado nacional, distribuído pelo menos por cinco Estados, com não menos de três décimos por cento dos eleitores de cada um deles.
- b)Iniciativa de lei é a faculdade que se atribui a alguém ou a algum órgão para apresentar projetos de lei ao Legislativo, podendo ser parlamentar ou extraparlamentar.
- c)A discussão e a votação dos projetos de lei de iniciativa do Presidente da República, do Supremo Tribunal Federal, dos Tribunais Superiores e dos cidadãos, terão início no Senado Federal.
- d)Compete privativamente ao Supremo Tribunal Federal, aos Tribunais Superiores e aos Tribunais de Justiça propor ao Poder Legislativo respectivo, a criação e a extinção de cargos e a remuneração de seus serviços auxiliares e dos juízos que lhes forem vinculados.
- e)A Constituição Federal inseriu na esfera de atribuições do Poder Executivo, o poder de elaborar e de encaminhar ao Poder Legislativo o projeto de lei referente ao orçamento anual.

5. Sobre o Poder Executivo, assinale a alternativa incorreta:

- a)Em caso de impedimento do Presidente e do Vice-presidente, ou vacância dos respectivos cargos, serão sucessivamente chamados ao exercício da Presidência: o Presidente do Senado Federal, da Câmara dos Deputados, e o do Supremo Tribunal Federal.
- b)São características básicas do presidencialismo poder responsabilizar o Presidente da República, penal e politicamente, por crime de responsabilidade.

ESMESC

- c)O Executivo além de administrar a coisa pública, também legisla e julga, no exercício de suas funções atípicas.
- d)Para a candidatura ao cargo de Presidente e Vice-presidente da República a Constituição Federal exige como requisito ser brasileiro nato.
- e)Será considerado eleito Presidente o candidato que obtiver a maioria absoluta dos votos válidos dados em candidatos, excluindo-se todos os votos em branco e os votos nulos.

6.Acerca da responsabilidade do Presidente da República, é incorreto afirmar que:

- a)O Presidente da República pode ser processado por crime comum ou de responsabilidade.
- b)Nos crimes comuns, o Presidente da República será processado e julgado pelo Superior Tribunal de Justiça, depois que a Câmara dos Deputados declarar procedente a acusação, exercendo um juízo de admissibilidade político.**
- c)O Presidente da República não poderá ser responsabilizado por atos estranhos ao exercício de suas funções.
- d)O Presidente da República possui prerrogativa de foro pois somente o Senado Federal poderá processá-lo e julgá-lo pelos chamados crimes de responsabilidade.
- e)O Presidente da República poderá ser responsabilizado por todos os atos atentatórios à Constituição Federal, desde que haja previsão legal.

07. Sobre a distribuição de competências jurisdicionais é correto afirmar que:

- a)Somente ao Supremo Tribunal Federal compete processar e julgar as ações diretas de inconstitucionalidade, genéricas ou interventivas, as ações de inconstitucionalidade por omissão e as ações declaratórias de constitucionalidade, com o intuito de garantir a prevalência das normas constitucionais no ordenamento jurídico.**
- b)Compete ao Superior Tribunal de Justiça processar e julgar o habeas corpus, sendo paciente o Presidente da República e o Vice-presidente.
- c)Os parlamentares federais possuem prerrogativa de foro no Supremo Tribunal Federal, para o processo e julgamento de infrações penais cometidas antes e durante o exercício do mandato e relacionadas às suas funções.
- d)A Constituição Federal determina que a arguição de descumprimento de preceito fundamental decorrente da Constituição será apreciada pelo Superior Tribunal de Justiça.
- e)Compete ao Supremo Tribunal Federal julgar, em recurso ordinário as causas decididas em única ou última instância, quando a decisão recorrida contrariar dispositivo da Constituição.

08.Acerca da defesa do Estado e das instituições democráticas é incorreto afirmar que:

- a)A Constituição Federal prevê a aplicação de duas medidas excepcionais para restauração da ordem em momentos de anormalidade – Estado de defesa e Estado de sítio, possibilitando inclusive a suspensão de determinadas garantias constitucionais, em lugar específico e por certo tempo.

ESMESC

b)O chamado sistema constitucional das crises consiste em um conjunto de normas constitucionais, que informadas pelos princípios da necessidade e da temporariedade, têm por objeto as situações de crises e por finalidade a manutenção ou o restabelecimento da normalidade constitucional.

c)Nas hipóteses de decretação de Estado de defesa ou Estado de sítio, serão ouvidos, com caráter vinculativo, os Conselhos da República e da Defesa Nacional, para que aconselhem e opinem ao Presidente da República.

d)O Estado de defesa não exige para sua decretação, por parte do Presidente da República, autorização do Congresso Nacional.

e)O Estado de sítio corresponde à suspensão temporária e localizada de garantias constitucionais, apresentando maior gravidade do que o Estado de defesa.

09. Sobre o Poder Legislativo, é correto incorreto afirmar que:

a)As funções típicas do Poder Legislativo são legislar e fiscalizar.

b)Cada legislatura terá a duração de quatro anos, compreendendo quatro sessões legislativas.

c)O órgão administrativo de direção do Congresso Nacional é sua Mesa, presidida pelo Presidente da Câmara dos Deputados.

d)O Poder Legislativo Federal é bicameral e exercido pelo Congresso Nacional, que se compõe da Câmara dos deputados e do Senado Federal.

e)As funções atípicas do Poder Legislativo constituem-se em administrar e julgar.

10. Acerca do funcionamento do Poder Judiciário, é correto afirmar que:

a)O Judiciário possui, além das funções típicas, funções denominadas atípicas de natureza administrativa e legislativa.

b)A alteração constitucional na composição do Supremo Tribunal Federal deverá respeitar a independência do Poder Judiciário e ser feita por lei específica.

c)Os magistrados possuem constitucionalmente as garantias da vitaliciedade, inamovibilidade e o direito à atualização monetária conforme inflação.

d)Uma vez titular do respectivo cargo, o juiz somente poderá ser removido ou promovido por iniciativa própria.

e)Aos juízes é vedado dedicar-se à atividade filantrópica.

Direito Civil

1. Paulo de Souza, viúvo, aposentado, 71 anos, está passando por dificuldades financeiras e não consegue mais se manter sozinho. Possui 2 (dois) filhos, maiores e capazes, que têm se negado a auxiliá-lo. Sobre o caso, é correto afirmar que Paulo:

a)Deverá acionar os dois filhos para requerer a prestação alimentar, haja vista tratar-se de obrigação indivisível.

b)Deverá acionar os dois filhos para requerer a prestação alimentar, haja vista tratar-se de obrigação divisível.

ESMESC

c) Deverá acionar apenas o filho que possui melhores condições financeiras para requerer a prestação alimentar, conforme determina a lei.

d) Poderá optar por acionar qualquer dos filhos para requerer a prestação alimentar, tendo em vista tratar-se de obrigação solidária.

e) Deverá acionar apenas o filho mais novo para requerer a prestação alimentar, conforme determina a lei.

2. Márcia, brasileira, solteira e muito bem-sucedida deseja instituir uma fundação para fomentar a cultura em sua cidade. De acordo com o Código Civil, é correto afirmar:

a) Se o estatuto da fundação não for elaborado no prazo assinado por Márcia, ou, não havendo prazo, em cento e oitenta dias, a incumbência caberá ao Ministério Público.

b) Velará pela fundação o Ministério Público Federal onde situada.

c) Márcia poderá instituir a fundação apenas por escritura pública.

d) Caso insuficientes para constituir a fundação, os bens a ela destinados serão, necessariamente, incorporados em outra fundação que se proponha a fim igual ao destinado por Márcia.

e) Tornando-se ilícita, impossível ou inútil a finalidade a que visa a fundação criada por Márcia, ou vencido o prazo de sua existência, o órgão do Ministério Público é quem lhe promoverá a extinção, incorporando-se o seu patrimônio, salvo disposição em contrário no ato constitutivo, ou no estatuto, em outra fundação, designada pelo juiz, que se proponha a fim igual ou semelhante.

3. Vinícius e Paula são casados pelo regime da separação de bens. Possuem dois filhos em comum e, Paula, uma filha do primeiro casamento. Paula possui um vasto patrimônio e deseja doar um bom imóvel (que representa 20% de seu patrimônio) para a filha do primeiro casamento. De acordo com o Código Civil, é correto afirmar:

a) Paula pode estipular que o bem doado volte ao seu patrimônio, se sobreviver à sua filha e ainda estiver casada com Vinícius.

b) É anulável a doação de todos os bens sem reserva de parte, ou renda suficiente para a subsistência de Paula.

c) Pode Paula renunciar antecipadamente o direito de revogar a liberalidade por eventual ato de ingratidão da filha.

d) Em regra, a doação de Paula para sua filha importará adiantamento do que lhe cabe por herança.

e) A doação poderá ser realizada apenas se Vinícius assinar o ato de liberalidade.

4. Rafaela engravidou de Mauro enquanto namoravam. O casal se separou logo após o nascimento da criança. Agora, Rafaela busca regularizar a guarda, convivência paterno-filial e os alimentos devidos ao filho. De acordo com a legislação, é correto afirmar:

a) Quando não houver acordo entre a mãe e o pai quanto à guarda do filho, encontrando-se Rafaela e Mauro aptos a exercer o poder familiar, será aplicada a guarda compartilhada, salvo se um deles declarar ao magistrado que não deseja a guarda da criança ou quando houver elementos que evidenciem a probabilidade de risco de violência doméstica ou familiar.

ESMESC

- b)O direito de convivência do pai se dará a critério do Ministério Público, observados os interesses da criança ou do adolescente.
- c)O valor da pensão alimentícia a ser arbitrada pelo juiz será necessariamente no percentual de 50% (cinquenta por cento) das despesas do filho para cada genitor.
- d)Na audiência de conciliação, o Ministério Público informará ao pai e à mãe o significado da guarda compartilhada, a sua importância, a similitude de deveres e direitos atribuídos aos genitores e as sanções pelo descumprimento de suas cláusulas.
- e)O direito de visita estende-se a qualquer dos avós, a critério do juiz, observados os interesses dos pais.

5. Sobre a disciplina legal do apadrinhamento de crianças e adolescentes, é correto afirmar:

- a)Podem ser padrinhos ou madrinhas pessoas maiores de 16 (dezesesseis) anos não inscritas nos cadastros de adoção, desde que cumpram os requisitos exigidos pelo programa de apadrinhamento de que fazem parte.
- b)As pessoas jurídicas não podem apadrinhar criança ou adolescente, eis que não podem acompanhar pessoalmente o seu desenvolvimento.
- c)Os programas ou serviços de apadrinhamento apoiados pela Justiça da Infância e da Juventude poderão ser executados tão somente por órgãos públicos.
- d)**Pessoas jurídicas podem apadrinhar criança ou adolescente a fim de colaborar para o seu desenvolvimento.**
- e)Crianças e adolescentes em programa de acolhimento institucional ou familiar não poderão participar de programa de apadrinhamento.

6. Sobre o processo de Tomada de Decisão Apoiada, pode-se afirmar:

- a)A cessação da medida apenas poderá ser requerida pelos apoiadores, mediante prova de que já é possível que a pessoa apoiada se autogoverne.
- b)Agindo o apoiador com desídia ou incúria, será caso de destituição a requerimento da pessoa apoiada, do Ministério Público ou de qualquer outro interessado, afastando-se, todavia, a responsabilização civil e criminal.
- c)A pessoa apoiada pode solicitar o término de acordo firmado em processo de tomada de decisão apoiada tão somente após o prazo mínimo de dois anos de vigência da medida.
- d)Em caso de negócio jurídico que possa trazer risco ou prejuízo relevante, havendo divergência de opiniões entre a pessoa apoiada e um dos apoiadores, deverá o Ministério Público decidir sobre a questão.
- e)**A decisão tomada por pessoa apoiada terá validade e efeitos sobre terceiros, sem restrições, desde que esteja inserida nos limites do apoio acordado.**

7. Jorge e Maria são casados pelo regime da comunhão universal de bens desde 1999 e agora Jorge deseja alterar o regime de bens escolhido por ocasião do casamento. De acordo com o Código Civil, pode-se afirmar:

ESMESC

- a) A alteração não é possível, tendo em vista o casamento ter ocorrido na vigência do Código Civil de 1916.
- b) A alteração será possível mediante a lavratura de escritura pública com a nova opção dos cônjuges a ser realizada por ambos no cartório em que o casamento se realizou.
- c) A alteração será possível mediante autorização judicial em pedido motivado de ambos os cônjuges, apurada a procedência das razões invocadas e ressalvados os direitos de terceiros.
- d) A alteração será possível mediante autorização judicial em pedido motivado por Paulo, apurada a procedência das razões invocadas e ressalvados os direitos de terceiros. Maria será chamada a se pronunciar a respeito.
- e) A alteração será possível mediante a lavratura de escritura pública com a nova opção dos cônjuges a ser realizada por ambos no cartório em que o casamento se realizou e desde que concorde o Ministério Público.

8. Sobre o direito das obrigações, assinale a alternativa correta:

- a) O distrato e a quitação exigem a mesma forma observada no contrato.
- b) O devedor que já estiver em mora responde pelos prejuízos decorrentes de caso fortuito e de força maior, salvo se provar que o dano ocorreria mesmo se houvesse cumprido sua obrigação na forma contratada.
- c) Nas obrigações negativas o devedor é havido por inadimplente desde a citação.
- d) Nos contratos benéficos, responde por simples culpa o contratante, a quem o contrato aproveite, e por dolo aquele a quem não favoreça. Nos contratos onerosos, responde cada uma das partes por dolo, salvo as exceções previstas em lei.
- e) A mora decorrente do inadimplemento da obrigação, positiva e líquida, constitui-se mediante interpelação judicial ou extrajudicial.

9. Em relação aos direitos da personalidade, assinale a alternativa correta:

- a) Os exercícios de alguns direitos da personalidade podem ser limitados mediante declaração expressa do titular, através de instrumento público.
- b) Ninguém pode ser constrangido a submeter-se a tratamento médico ou intervenção cirúrgica que traga risco à sua vida.
- c) Quando há violação dos direitos da personalidade, deve-se pedir a indenização pelas perdas e danos, mas não é possível a propositura de ação para que se faça cessar a lesão.
- d) Não é possível a disposição do corpo com objetivos altruísticos, no todo ou em parte, para depois da morte.
- e) O pseudônimo adotado para atividades lícitas não goza de toda a proteção que se dá ao nome.

10. Lúcia e João são amigos há muitos anos. João deve a quantia de R\$ 200.000,00 a Pedro, que vencerá em 15 (quinze) dias, mas não possui condições financeiras para realizar a quitação neste momento. Lúcia, para ajudar seu amigo, realiza o pagamento da obrigação pecuniária a Pedro, mas em seu próprio nome. Nesse caso:

ESMESC

- a) Ela se sub-roga nos direitos de Pedro, podendo regredir contra João, para recobrar dele o que pagou para exonerá-lo.
- b) Ela não se sub-roga nos direitos de Pedro, mas terá direito de regresso contra João.**
- c) Ela fica inibida de pagar, se João, com justo motivo, se opõe ao pagamento de sua dívida por outrem.
- d) Ela poderá, diante da recusa de Pedro em receber, usar dos meios conducentes à exoneração do devedor.
- e) Lúcia não possui legitimidade para pagar a obrigação.

Direito Penal

1. Acerca dos princípios do direito penal, assinale a alternativa correta:

- a) O princípio da insignificância exclui a culpabilidade do agente;
- b) De acordo com o princípio da legalidade, não é possível a criação de crimes sem lei anterior que o defina;**
- c) Tratando-se de norma penal em branco, seu complemento deve necessariamente se dar mediante edição de outra lei;
- d) É vedado o emprego de analogia no direito penal;
- e) A lei penal benéfica só poderá retroagir até o trânsito em julgado da sentença.

2. O *iter criminis* é o caminho percorrido por um agente para a prática de um fato previsto em lei como crime. Sobre o assunto, assinale a alternativa incorreta:

- a) A cogitação do crime pode ser criminalizada em situações excepcionais;**
- b) Não se pune a tentativa quando, por ineficácia absoluta do meio ou por absoluta impropriedade do objeto, é impossível consumar-se o crime;
- c) Os atos preparatórios, em regra, não são punidos;
- d) Enquanto na tentativa o agente quer prosseguir no crime, mas não consegue, na desistência voluntária o agente pode prosseguir no crime, mas não deseja isso;
- e) O arrependimento posterior não se aplica aos crimes dolosos praticados com violência ou grave ameaça à pessoa.

3. Quanto ao concurso de pessoas, analise as proposições e assinale a alternativa correta:

- I . O autor mediato é aquele que, sem realizar diretamente a conduta descrita no tipo penal, comete o fato típico por ato de outra pessoa, utilizada como seu instrumento;
 - II . Para que esteja configurado o concurso de pessoas, os agentes precisam estar ligados entre si por um vínculo de ordem subjetiva;
 - III . É possível que o coautor seja beneficiado pela causa de diminuição da participação de menor importância;
 - IV . Os crimes próprios não podem ser praticados em coautoria.
- a) II e IV estão corretas.
 - b) I e II estão certas.**
 - c) I, II e III estão certas.
 - d) I e IV estão certas.
 - e) II, III e IV estão corretas.

4. Sobre a prescrição, assinale a alternativa incorreta:

ESMESC

- a) Segundo o Supremo Tribunal Federal, o acórdão que confirma a sentença condenatória interrompe a prescrição;
- b) O Superior Tribunal de Justiça possui entendimento sumulado vedando o reconhecimento da prescrição virtual;
- c) Conforme decidiu o Supremo Tribunal Federal, a prescrição da pretensão executória só tem início a partir do trânsito em julgado para ambas as partes;
- d) De acordo com os Tribunais Superiores, o delito de tortura é imprescritível;
- e) Se o acusado, citado por edital, não comparecer, nem constituir advogado, ficará suspenso curso do prazo prescricional, sendo que esse prazo é regulado pelo máximo da pena cominada.

5. Sobre os crimes envolvendo violência doméstica, assinale a alternativa incorreta:

- a) Os crimes de ameaça e lesão corporal praticados no âmbito doméstico são de ação penal de iniciativa pública incondicionada, de forma que se mostra irrelevante a representação da vítima.
- b) O consentimento da vítima para aproximação do réu afasta eventual ameaça ou lesão ao bem jurídico tutelado pelo crime de descumprimento de medida protetiva;
- c) Embora o tema atualmente esteja aguardando julgamento sob o rito dos recursos repetitivos pelo Superior Tribunal de Justiça, até o momento prevalece que não configura *bis in idem* a aplicação da agravante do art. 61, inciso II, alínea f, do Código Penal, ao delito de lesão corporal praticado com violência doméstica, tipificado no art. 129, § 9º, do mesmo Estatuto
- d) A prática de crime ou contravenção penal contra a mulher com violência ou grave ameaça no ambiente doméstico impossibilita a substituição da pena privativa de liberdade por restritiva de direitos.
- e) A vedação constante do art. 17 da Lei n. 11.340/2006 (Lei Maria da Penha) obsta a imposição, nos casos de violência doméstica e familiar contra a mulher, de pena de multa isoladamente, ainda que prevista de forma autônoma no preceito secundário do tipo penal imputado

6. Acerca dos crimes patrimoniais, assinale a alternativa incorreta:

- a) No crime de latrocínio, ainda que tenha ocorrido mais de um resultado morte, a subtração de um único patrimônio resulta no reconhecimento de crime único de latrocínio.
- b) No estelionato cometido contra pessoa maior de 70 anos ou incapaz, a ação penal é de iniciativa pública incondicionada.
- c) O roubo impróprio se consuma com o emprego da violência ou grave ameaça;
- d) O Superior Tribunal de Justiça decidiu ser inviável a aplicação da majorante do repouso noturno no caso de furto qualificado, mas possível a utilização dessa circunstância para negativar a pena-base;
- e) Para fins de aplicação do furto privilegiado, considera-se de "pequeno valor a coisa furtada" aquela equivalente a até 10% do salário-mínimo.

7. Sobre os crimes contra a dignidade sexual, assinale a alternativa incorreta:

- a) Aumenta-se a pena do crime de estupro se do fato resulta gravidez;
- b) O crime de assédio sexual pode ser praticado pelo subordinado contra seu superior;
- c) O crime de estupro de vulnerável se configura com a conjunção carnal ou prática de ato libidinoso com menor de 14 anos, sendo irrelevante eventual consentimento da vítima para a prática do ato, sua experiência sexual anterior ou existência de relacionamento amoroso com o agente.

ESMESC

d) Quem se prostitui não pratica nenhum crime, mas quem tira proveito da prostituição alheia pode cometer o delito de rufianismo;

e) No crime de estupro de vulnerável, é possível a aplicação da fração máxima de majoração prevista no art. 71, caput, do Código Penal, ainda que não haja a delimitação precisa do número de atos sexuais praticados, desde que o longo período de tempo e a recorrência das condutas permita concluir que houve 7 (sete) ou mais repetições.

8. Assinale a alternativa incorreta quanto aos crimes contra a fé pública:

a) Quando o falso se exaure no estelionato, sem mais potencialidade lesiva, é por este absorvido;

b) A utilização de papel moeda grosseiramente falsificado configura, em tese, o crime de estelionato, da competência da Justiça Estadual

c) A pena cominada ao crime de uso de documento público falso é idêntica à do delito de falsificação de documento público;

d) O cheque é equiparado a documento público para fins penais;

e) **É atípica a conduta do agente que, para evitar ser preso, identifica-se à autoridade policial com o nome de outra pessoa, por se tratar de clara autodefesa.**

9. Sobre o tráfico de drogas, assinale a alternativa incorreta:

a) É impositiva a fixação do regime aberto e a substituição da pena privativa de liberdade por restritiva de direitos quando reconhecida a figura do tráfico privilegiado (art. 33, § 4º, da Lei 11.343/2006) e ausentes vetores negativos na primeira fase da dosimetria (art. 59 do CP), observados os requisitos do art. 33, § 2º, alínea c, e do art. 44, ambos do Código Penal;

b) **Condenações anteriores pelo delito do art. 28 da Lei n. 11.343/2006 são aptas a gerar reincidência;**

c) O juiz, na fixação das penas, considerará, com preponderância sobre o previsto no art. 59 do Código Penal, a natureza e a quantidade da substância ou do produto, a personalidade e a conduta social do agente;

d) A pretensão punitiva quanto ao crime de posse de droga para consumo próprio prescreve em 2 anos;

e) O tráfico ilícito de drogas na sua forma privilegiada não é equiparado a hediondo.

10. Assinale a alternativa que contenha apenas crimes hediondos:

a) Homicídio qualificado pelo motivo fútil, estupro de vulnerável e furto qualificado pela fraude;

b) Epidemia com resultado morte, peculato e latrocínio;

c) Extorsão qualificada pela restrição da liberdade da vítima, furto qualificado pelo emprego de explosivos e roubo praticado por meio de faca;

d) Estupro, assédio sexual e fraude à licitação;

e) **Favorecimento de prostituição de criança, falsificação, corrupção, adulteração ou alteração de produto destinado a fins terapêuticos ou medicinais e homicídio quando praticado em atividade típica de grupos de extermínio.**

Direito Processual Civil

1. Sobre os requisitos de admissibilidade do recurso especial, assinale a alternativa correta:

a) **tem por requisito o prequestionamento de matéria infraconstitucional, o qual poderá estar implícito quando não enfrentado diretamente pelo acórdão recorrido, mas aventado nas razões recursais.**

ESMESC

- b) poderá ter por fundamento a violação ao princípio da legalidade.
- c) não poderá ter por objeto a reavaliação da prova.
- d) será admissível quando o acórdão recorrido violar súmula do Superior Tribunal de Justiça.
- e) tem por requisito para o conhecimento das razões recursais a repercussão geral.

2. Considerando o rol de hipóteses de cabimento do agravo de instrumento previsto no art. 1.015 do CPC, assinale a alternativa correta.

- a) esse rol, para o Poder Judiciário, é de taxatividade mitigada.
- b) esse rol, para o Poder Judiciário, é relativo.
- c) esse rol, para o Poder Judiciário, é exaustivo.
- d) esse rol, para o Poder Judiciário, é exemplificativo.
- e) esse rol, para o Poder Judiciário, poderá ser relativizado pelo recorrente, em qualquer hipótese, o que lhe retira a possibilidade de rediscutir a decisão em preliminar de apelação.

3. Fulano integra o polo passivo de um processo de execução. Esgotadas as tentativas de citação pelas vias eletrônica, postal e por oficial de justiça, todas sem sucesso, o oficial de justiça devolve o mandado de arresto alegando não ter encontrado bens. O magistrado também não encontra, após utilizar os meios eletrônicos disponíveis. O exequente, intimado, pede a citação por edital. Considerando o enunciado apresentado, assinale a alternativa correta:

- a) o magistrado deverá suspender a execução.
- b) o magistrado deverá expedir novo mandado de citação, o qual deverá ser cumprido pelo oficial de justiça em dez dias, mediante duas tentativas em dias distintos.
- c) o magistrado deverá deferir a citação por edital.
- d) o magistrado deverá converter o mandado de citação em diligência.
- e) o magistrado deverá extinguir o processo, proferindo sentença sem resolução de mérito.

4. Sobre o bem de família no ordenamento jurídico brasileiro, assinale a alternativa correta:

- a) se o executado transferir a sua residência para o imóvel mais valioso no curso do processo a fim de torná-lo impenhorável, e o seu patrimônio penhorável não for suficiente para garantir a execução, terá praticado fraude à execução e perderá o benefício da impenhorabilidade.
- b) o bem de família, por ser impenhorável, será necessariamente indisponível.
- c) para que o imóvel seja considerado bem de família e, portanto, impenhorável, deverá ser o único imóvel de propriedade do executado.
- d) o imóvel residencial da pessoa que vive só não é considerado bem de família por não se enquadrar no conceito legal de "casal ou entidade familiar".
- e) o bem de família não será penhorável nas hipóteses de execução cível de sentença penal condenatória transitada em julgado.

5. Sobre o cumprimento da sentença, assinale a alternativa correta:

- a) o direito de retenção por benfeitorias deve ser exercido na contestação, na fase de conhecimento.

ESMESC

- b) a atribuição de efeito suspensivo à impugnação ao cumprimento da sentença impede o prosseguimento da execução.
- c) no caso de execução de alimentos, a consignação em folha de pagamento do executado pode atingir, no máximo, 30% (trinta por cento) dos rendimentos líquidos.
- d) o início do prazo para o pagamento voluntário da quantia exequenda ocorre sempre da intimação do executado.
- e) sempre será encerrado por sentença que não resolve o mérito.

6. Assinale a alternativa que traz matérias passíveis de serem tratadas em ação civil pública:

- a) ações de responsabilidade por danos morais e patrimoniais causados por infração da ordem econômica.
- b) ações de responsabilidade por danos morais, estéticos, existenciais e patrimoniais causados ao consumidor.
- c) ações de responsabilidade por danos morais, estéticos e patrimoniais causados a qualquer outro interesse difuso ou coletivo.
- d) ações de responsabilidade por danos morais e patrimoniais causados à desordem urbanística.
- e) ações de responsabilidade por danos morais e patrimoniais causados em relações familiares multiparentais.

7. Sobre a ação popular, assinale a alternativa correta:

- a) consideram-se patrimônio público para os fins referidos na ação popular, os bens e direitos de valor econômico, artístico, estético, histórico ou turístico.
- b) para propor ação popular, não é necessário fazer prova da cidadania brasileira.
- c) ao autor da ação popular não poderá ser negada certidão ou informação.
- d) qualquer pessoa jurídica ou entidade terá legitimidade para figurar no polo passivo.
- e) poderá ser instaurada para garantir direitos difusos, coletivos ou individuais homogêneos decorrentes das relações de consumo.

08. Sobre a competência no processo civil, assinale a alternativa correta:

- a) antes da citação, a cláusula de eleição de foro, se abusiva, pode ser reputada ineficaz de ofício pelo juiz, que determinará a remessa dos autos ao juízo do foro de domicílio do réu.
- b) citado, incumbe ao réu alegar a abusividade da cláusula de eleição de foro na contestação, mas, por se tratar de nulidade absoluta, não haverá a pena de preclusão, respondendo o réu por eventuais prejuízos que a alegação tardia puder ocasionar.
- c) sempre que o juízo reconhecer a própria incompetência, deverá remeter os autos ao juízo competente, não lhe sendo permitido extinguir o processo sem resolução do mérito por esse motivo.
- d) se o imóvel se achar situado em mais de um Estado, comarca, seção ou subseção judiciária, a competência territorial será do juízo onde se encontre a sua maior extensão territorial.
- e) a execução da hipoteca será, necessariamente, proposta no foro do lugar do imóvel.

ESMESC

09. As tutelas provisórias poderão ser concedidas no processo como formas de garantia, seja em razão da urgência, seja da evidência. Considerando o enunciado, assinale a alternativa correta:

- a) a tutela de evidência, por dispensar o perigo de dano ou o risco ao resultado útil do processo, não poderá ser de natureza cautelar.
- b) a tutela de evidência poderá ser de natureza cautelar ou antecipada.
- c) a tutela cautelar, concedida em caráter antecedente, se tornará estável se a parte requerida não interpuser o respectivo recurso.
- d) a tutela de urgência não é uma tutela de risco, pois a sua revogação não resulta no dever de indenizar.
- e) a tutela provisória será efetivada na modalidade definitiva.

10. Fulano instaura processo judicial contra Tício. Requer que o juízo condene o requerido ao pagamento de R\$20.000,00 a título de danos materiais e R\$20.000,00 a título de danos morais. Ao encerrar a fase postulatória do procedimento comum, o magistrado julga antecipadamente procedente o pedido de dano moral e, em relação ao dano material, saneia o feito determinando a realização de perícia. Considerando o enunciado apresentado, assinale a alternativa correta:

- a) essa decisão será impugnável por agravo de instrumento e, no tribunal, em caso de votação não unânime, caberá julgamento estendido.
- b) essa decisão será impugnável por agravo de instrumento, mas somente na parte que defere a realização de perícia.
- c) se essa decisão não for impugnada por agravo de instrumento, poderá ser rediscutida em preliminar de apelação.
- d) por se tratar de uma antecipação de tutela, a decisão que julgou o dano moral deverá ser confirmada por sentença, ao final.
- e) por se tratar de uma tutela cautelar, a decisão que julgou o dano moral deverá ser confirmada por sentença, ao final.

Direito Processual Penal

1. O inquérito policial é procedimento administrativo, preparatório e inquisitivo, presidido pela autoridade policial, que tem por objetivo investigar a prática de delito para reunir provas acerca de sua materialidade e indícios suficientes da autoria, a fim de viabilizar uma ação penal. Nesse sentido, assinale a alternativa correta.

- a) O advogado devidamente constituído poderá ter acesso aos autos do inquérito policial, sendo certo que tal acesso apenas se refere aos elementos já documentados.
- b) Como o inquérito policial é presidido pela autoridade policial, cabe a ela, também, decidir pelo seu arquivamento.
- c) Tratando-se de prisão em flagrante, no delito de estelionato, o delegado de polícia está obrigado a instaurar inquérito policial mesmo que a vítima do delito não compareça nem faça tal solicitação.
- d) O inquérito policial é capaz de produzir provas que poderão fundamentar de modo exclusivo o entendimento do juiz em eventual sentença condenatória.

ESMESC

e)Eventuais nulidades ou irregularidades ocorridas no inquérito policial contaminarão o processo penal e poderão culminar no trancamento da ação penal.

2.A recusa do acusado em se manifestar quando de seu interrogatório judicial pode ser recebida pelo juiz como prova capaz de gerar o reconhecimento do crime a ele imputado ou:

a)O direito ao silêncio só é admitido na fase policial.

b)O direito ao silêncio é prerrogativa constitucional e jamais poderá ser utilizado contra o réu.

c)O juiz deve consignar as perguntas a ele destinadas, aplicando-lhe a pena de confissão tácita.

d)O réu pode se calar diante do juiz, fato que será utilizado contra ele.

e)O réu não poderá utilizar o direito ao silêncio parcial.

3. Sobre as questões prejudiciais é correto afirmar que:

a)São obrigatórias as que versem sobre o estado civil de pessoa.

b)São obrigatórias as que tratam de direito contratual.

c)São obrigatórias as que tratam de direito do consumidor.

d)São obrigatórias quando tratarem de recuperação judicial.

e)São facultativas as que versem sobre o estado civil de pessoa.

4. Sobre as medidas cautelares diversas da prisão, assinale a alternativa incorreta.

a)O comparecimento periódico em juízo tem como objetivo que o acusado ou investigado informe e justifique ao juiz as suas atividades.

b)A periodicidade do comparecimento em juízo é estipulada pelo juiz.

c)É possível decretar-se internação provisória como medida cautelar diversa da prisão.

d)A proibição de frequentar determinados lugares almeja evitar o risco de novas infrações.

e)A fiança não poderá ser cumulada com outras medidas cautelares.

5. Lucio, motorista profissional e legalizado para transporte de ônibus, conduzia seu veículo profissional por uma rua na cidade de Ananindeua (PA), quando foi surpreendido com a travessia repentina de Sávio que conduzia uma bicicleta, vindo com isso a atropelá-lo. Sávio ficou caído no chão reclamando de muita dor no peito, não conseguindo levantar-se.

Lucio, diante das reclamações de dor da vítima, e com receio de agravar o seu estado de saúde, permaneceu no local e pediu ajuda ao Corpo de Bombeiros, ligando para o número 193.

A polícia militar chegou, fez o teste em Lucio para apurar a concentração de álcool por litro de sangue, sendo 0 (zero) o resultado de miligrama de álcool. Diante da situação de flagrância, Lucio foi preso e, no dia seguinte, levado à audiência de custódia.

Sávio foi socorrido pelo Corpo de Bombeiros constatando-se no hospital, por exame de imagem, que a vítima havia fraturado 02 (duas) costelas e o tornozelo esquerdo, sendo operado com sucesso.

Qual deveria ser o pedido correto a ser feito pelo advogado de Lucio?

ESMESC

a) Concessão da liberdade provisória, sem fiança, diante da legalidade da prisão, por se tratar de indiciado primário e de bons antecedentes, além de ter prestado imediato e integral socorro à vítima.

b) Somente a imposição da medida cautelar diversa da prisão, consistente no comparecimento periódico em juízo, diante da legalidade da prisão e considerando que a custódia cautelar deve ser a última medida imposta diante do princípio da proporcionalidade.

c) Relaxamento da prisão de Lucio por ser ilegal, haja vista que prestou imediato e integral socorro à vítima.

d) Concessão da liberdade provisória, mediante fiança, arbitrado o menor valor legal, diante da legalidade da prisão, por ser o indiciado primário e de bons antecedentes, bem como em razão da sua capacidade econômica.

e) Não faria nenhum pedido específico visto que a prisão foi legítima.

6. Em caso de infração permanente, cometida em território de duas ou mais jurisdições, a competência se firmará:

a) Pela prevenção.

b) Pela continência.

c) Pela distribuição.

d) Pelo domicílio do réu.

e) Pelo lugar da infração.

7. De acordo com esse princípio fica vedada a utilização de Tribunais de Exceção no processo penal, ou seja, não pode ser criada uma Corte para o julgamento de um determinado caso ou pessoa. Que princípio é este?

a) Princípio do Juiz Natural.

b) Princípio da legalidade.

c) Princípio da isonomia.

d) Princípio da Investidura.

e) Princípio da Inevitabilidade.

08. Após interceptação telefônica devidamente autorizada, policiais obtiveram a informação de Lauro receberia, naquele dia, grande quantidade de drogas, as quais seriam remetidas ao chefe da facção. Ao chegarem ao local combinado, verificando a negociação que ocorria, decidiram não efetuar a prisão em flagrante naquele momento, visando aguardar a chegada do chefe da organização, pretendo colher mais provas. Após algum tempo, com a chegada do referido chefe, os policiais os renderam e efetuaram o flagrante. Encaminhados para a Delegacia, os presos entraram em contato com um advogado para esclarecimentos sobre a validade das prisões ocorridas. Com base nos fatos acima narrados, o advogado deverá esclarecer aos seus clientes que a prisão em flagrante efetuada pelos policiais foi:

a) Ilegal, por se tratar de flagrante esperado.

ESMESC

- b)Legal, restando configurado o flagrante preparado.
- c)Ilegal, por se tratar de flagrante forjado.
- d)Legal, tratando-se de flagrante diferido/retardado.
- e)Ilegal, flagrante impróprio.

09. Qual o prazo da prisão temporária para os crimes hediondos?

- a)Não tem prazo.
- b)10 (dez) dias.
- c)20 (vinte) dias.
- d)15 (quinze) dias.
- e)30 (trinta) dias.

10.Segundo dispõe o CPP, não se pode opor exceção de suspeição contra o:

- a)Perito.
- b)Membro do Ministério Público.
- c)Delegado de polícia.
- d)Serventuário da justiça.
- e)Intérprete.